

AVENIDA ANTONIO CARLOS DE SALLES JÚNIOR

Lei nº 1215 de 07-10-1954

Formada pela avenida 1 do Jardim Proença - continuação e parte da rua 16 do Jardim Ouro Branco, abrangendo as quadras "F" e "G"

Início na avenida Princesa D'Oeste

Término na avenida Dr. Arlindo Joaquim de Lemos

Jardim Proença

Obs.: Lei promulgada pelo Prefeito Municipal Antonio Mendonça de Barros.

ANTONIO CARLOS DE SALLES JÚNIOR

Antônio Carlos de Salles Júnior nasceu em Campinas em 22-janeiro-1884 e faleceu em São Paulo em 18-outubro-1953. Após seus primeiros estudos, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1905, sendo de sua autoria o "Manifesto Acadêmico" daquele mesmo ano. Eleito deputado estadual para a legislatura 1910-15 assinalou sua passagem pelo legislativo paulista com a criação da Caixa Econômica Estadual. De 1915 a 1927 exerceu a deputação federal, onde seu profundo conhecimento da administração pública fê-lo luzir com trabalhos como reforma da lei de tarifas, lei do imposto de renda, unificação internacional do Direito Cambial, defesa do orçamento de guerra, o pagamento da moeda ouro, a exegese da doutrina de Monroe e todas as relações do orçamento do Código de Contabilidade Pública. É de sua autoria o notável parecer sobre a Instrução Pública, que a Liga Nacional editou e distribuiu por todo o país. Foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados e Comissão de Finanças. Foi figura de real destaque da bancada federal paulista. Em 1925, foi representante do Brasil na Conferência Interparlamentar de Roma. Em 1927, assumiu a Secretaria da Justiça, tendo criado o Manicômio Judiciário do Estado e reorganizado a Força Pública. Após a "crak" do café em outubro de 1929, foi chamado para a pasta da Fazenda, que exerceu conjuntamente com a da Justiça e da Segurança Pública, até 27-março-1930, tendo sido também o presidente do Instituto do Café, ocasião em que ficou somente com a pasta da Fazenda até 24-outubro-1930. A Revolução de 1930 respeitou-o, tendo sido o único Secretário de Estado então deposto, a não ser preso. Sujeito aos Tribunais de Excessão e Juntas de Sanções, recusou defender-se. Depois de 1930, cuidou da reorganização do Partido Republicano Paulista, tendo sido seu presidente na fase da Comissão de Emergência. Em 09-maio-1931 ocupou novamente a pasta da Fazenda, reorganizando as finanças do Estado, que dirigiu até 11-novembro-1939, quando assumiu a presidência d



Cidades e Serviços

Salles Júnior

Há cem anos, nesta data, nascia Antonio Carlos de Salles Júnior.

Natural de Campinas, filho do coronel Antonio Carlos de Salles e de Anna Alexandina de Jesus Cantinho, bisneto do Alferes José de Salles Leme, que o tornava tetraneto de Barreto Leme, fundador da cidade, remontando sua ascendência, em linha reta, a João Ramalho e Bartira, filha do cacique Tibiriçá.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1905), terminou o curso empatado em primeiro lugar, na disputa do prêmio de viagem à Europa, com o futuro embaixador José de Paula Rodrigues Alves, filho do então presidente da República. A congregação solucionou o impasse, outorgando a Rodrigues Alves o prêmio e a Salles Junior a áurea, raramente conferida.

Ingressando na política pelas mãos de Campos Salles, foi eleito deputado estadual em duas legislaturas consecutivas, sendo a sua principal atuação desenvolvida na criação da Caixa Econômica.

Eleito, em seguida, para a Câmara Federal, nela desempenhou quatro mandatos sucessivos. Foi relator das Tarifas, defendeu a Unificação do Direito Cambial, cuidou da instrução pública, criação do Imposto de Renda e integrou a Comissão de Finanças, o então Pequeno Plenário, onde tinham assento apenas os líderes das Bancadas Estaduais, sendo ele a única exceção. Neste órgão relatou o orçamento da Guerra.

Convidado para ministro da Fazenda pelo presidente Artur Bernardes, através do líder da maioria Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, na substituição de Rafael de Abreu Sampaio Vidal, declinou do convite, sugerindo o nome de Anibal Freire, afinal nomeado.

Delegado à Conferência Interparlamentar de Roma (1925), defendeu tese sobre o aumento do custo de vida consequente à Primeira Guerra, aprovado unanimemente.

Vindo para o governo de São Paulo, na Presidência Julio Prestes, ocupou a pasta da Justiça e Segurança Pública (1927-1930), em secretaria de nível ministerial, no dizer do

historiador Hélio Silva. São resultados: o Manicômio Judiciário, a Penitenciária-Modelo no Carandiru, o reaparelhamento da Força Pública, notadamente do Corpo de Bombeiros, a ultimação do até então nunca terminado Palácio da Justiça, os Institutos Disciplinares do Tatuapé e de Mogi-Mirim, a Assistência Pública, o Serviço de Identificação, sem par na América do Sul, a instalação de novas comarcas para melhor distribuição da Justiça.

Sobrevindo a crise do Café (1929), foi convocado para substituir Rolim Teles, na pasta da Fazenda, acumulando-a com as pastas anteriores e mais a presidência do Instituto do Café, providenciando empréstimos externos, consolidados, para a defesa do produto.

Deposto em 30, recolheu-se à vida particular, e só voltou à Secretaria da Fazenda em 1938, mas estabelecendo condições para assumi-la, entre as quais a de sua posse ser precedida de entrevista política contrária ao Estado Novo e à Ditadura, o que tudo consta do Correio Paulistano de maio de 1938.

Nesse período, regularizou os pagamentos atrasados, e exonerou-se da secretaria para assumir a presidência do Ipesp.

Na fase posterior, à margem da política, escreveu a biografia de Campos Salles e os seguintes ensaios publicados: Passado e Presente; Maquiavel e os Tempos; Elogio Fúnebre da Constituição de 91; Imprensa e Governo; a Moeda Falsa; Da Democracia à Demagogia; Nacionalismo "Versus" Imperialismo; Dois Tiranos; Don Quixote, Homem de Estado; Caminhos e Descaminhos.

Foi casado com Bartira, filha mais velha do senador Antonio de Padua Salles e de Izolina Quirino dos Santos de Abreu Soares. Também bisneta do Alferes José de Salles Leme, tetraneta assim, de Barreto Leme, descendente pois, da índia Bartira, que lhe deu o prenome, e do português João Ramalho.

Foram filhos do casal: Antonieta, falecida (solteira); Antonio Carlos de Salles Filho, casado com d. Maria Mercedes Barros de Salles, e d. Yolanda, falecida, que foi casada com o ministro Vitor do Amaral Freire.

("O ESTADO DE SÃO PAULO" DE 22-JANEIRO-1934)

RUAS DE CAMPINAS

Por ARTHUR VILLAGELIN

AVENIDA ANTÔNIO CARLOS DE SALLES JÚNIOR

Denominação dada pela Lei nº 1215 de 07-outubro-1954.

Formada pela Avenida 1 do Jardim Proença — continuação e parte da Rua 16 do Jardim Ouro Branco, abrangendo as quadras "F" e "G".

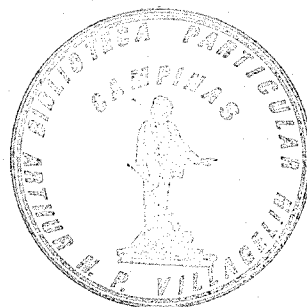
Tem início na Avenida Princesa D'Oeste, junto à Praça Angenor de Oliveira - Cartola. Termina na Avenida Dr. Arlindo Joaquim de Lemos.

Situa-se no bairro do Jardim Proença e Jardim Ouro Branco.

Obs.: A lei foi assinada pelo então Prefeito Municipal, Dr. Antonio Mendonça de Barros.

DR. ANTONIO CARLOS DE SALLES JUNIOR

O Dr. Antônio Carlos de Salles Júnior, nasceu nesta cidade de Campinas aos 22 de janeiro de 1884. Após seus primeiros estudos, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1905, sendo de sua autoria o "Manifesto Acadêmico" daquele mesmo ano. Eleito deputado estadual para a legislatura 1910/1915 assinalou sua passagem pelo legislativo paulista com a criação da Caixa Econômica Estadual. De 1915 a 1927 exerceu a deputação federal, onde seu profundo conhecimento da administração pública fê-lo luzir com trabalhos como a reforma da lei de tarifas, lei do imposto de renda, unificação internacional do Direito Cambial, defesa do orçamento de guerra, o pagamento da moeda ouro, a exegese da doutrina de Monroe e todas as relações do orçamento do Código de Contabilidade Pública. É da sua autoria o notável parecer sobre a Instrução Pública, que a Liga Nacional o editou e distribuiu em larga escala por todo o país. Foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados e Comissão de Finanças. Era figura de destaque da bancada federal paulista que era composta por vultos do jaez de Cincinato Braga, Herculano de Freitas, Álvaro de Carvalho, Carlos de Almeida, Vilaboim e Julio Prestes. Em 1925 foi representante do Brasil na



Conferência Interparlamentar do Roma.

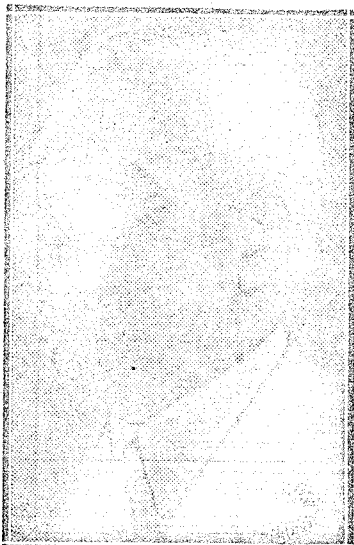
Em 1927 assumiu a Secretaria da Justiça, tendo criado o Manicômio Judiciário do Estado e reorganizado a Força Pública. Após a "crak" do café em outubro de 1929, foi chamado para a pasta da Fazenda, que exerceu conjuntamente com a da Justiça e da Segurança Pública, até 27 de março de 1930, tendo sido também o presidente do Instituto do Café, ocasião em que ficou somente com a pasta da Fazenda, até 24 de outubro de 1930. A Revolução de 1930 respeitou-o, tendo sido o único Secretário de Estado então deposto, a não ser preso. Sujeito aos Tribunais de Excessão e Juntas de Sanções, recusou defender-se. Depois de 1930, cuidou da reorganização do Partido Republicano Paulista, tendo sido seu presidente na fase da Comissão de Emergência, ao lado de Altino Arantes, João Sampaio, Oscar Rodrigues Alves. Em 9 de maio de 1938 ocupou novamente a pasta da Fazenda, reorganizando as finanças do Estado, que dirigiu até 11 de novembro de 1939, ocasião em que assumiu a presidência do Instituto de Previdência do Estado, que é sua criação e que exerceu até junho de 1947. É autor de diversos trabalhos parlamentares. Foi advogado de nomeada, estudioso de economia, finanças, história, filosofia e direito constitucional. Escreveu "O Idealismo Republicano de Campos Sales", livro clássico de interpretação da obra política do seu ilustre antepassado, deixando, por ocasião de sua morte, ocorrida em São Paulo em 18 de outubro de 1953, prestes a ser impresso, um estudo denominado "À Margem da Política".

(Extraído de "A Folha da Manhã",
de 20-10-1953).



Campinas, 22 de janeiro de 1984

Faleceu o sr. Antonio Carlos de Sales Junior

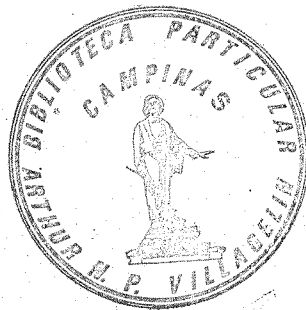


Sr. Sales Junior

Faleceu anteontem nesta capital, aos 69 anos de idade, o dr. Antonio Carlos de Sales Junior. O ilustre extinto nasceu em Campinas, aos 22 de janeiro de 1884 e era filho do cel. Antonio Carlos de Sales e de dona Ana Cantinho Sales, já falecidos. Deixa viuva a sra. Bartira de Padua Sales e os filhos: dr. Antonio Carlos de Sales Filho, secretário da Justiça e secretário interino do Governo, casado com a sra. Maria Mercedes Barros de Sales; Iolanda Sales Freires, casada com o dr. Vitor do Amaral Freire, chefe da Assistencia Tecnica do Tribunal de Contas do Estado. Era sua filha Antonieta Sales Junior, já falecida. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1905, tendo sido o autor do "Manifesto Academico" de 1905. Foi eleito deputado estadual para a legislatura 1910-1915, assumindo sua passagem com a criação da Caixa Economica Estadual. Deputado federal de 1915 a 1927, o seu profundo conhecimento da administração da coisa publica revelaram-se na reforma da lei de tarifas, na lei do imposto de renda, unificação internacional do Direito Cambial, na defesa do orçamento de guerra, no pagamento da moeda ouro, na exegese da doutrina de Monroe, e em todas as relações do orçamento no Código de Contabilidade Publica. Assinou tão notavel parecer sobre a Instrução Publica, que a Liga Nacional o editou e distribuiu em larga escala por todo o país. Foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados e Comissão de Finanças. Era figura de destaque da bancada federal paulista, que tinha vultos como Cincinato Braga, Herculano de Freitas, Alvaro de Carvalho, Cardoso de Almeida, Vilaboim e Julio Prestes. Em 1925 foi representante do Brasil na Conferencia Interparlamentar de Roma. Em 1927 assumiu a Secretaria da Justiça, tendo criado o Manicomio Judiciario do Estado e reorganizado a Força Publica. Verificado o "craque" de outubro de 1929, foi chamado para a pasta da Fazenda, que exerceu conjuntamente com a da Justiça e da Segurança Publica, até 27 de março de 1930, tendo sido tambem o presidente do Instituto do Café, ocasião em que ficou somente com a pasta da Fazenda até 24 de outubro de 1930.

A revolução de 1930 respeitou-o, tendo sido o unico Secretario de Estado então deposto, a não ser preso. Sujeito aos Tribunais de Excessão e Juntas de Sanções, recusou defender-se. Depois de 1930, cuidou da reorganização do Partido Republicano Paulista, tendo sido o seu presidente na fase da Comissão de Emergencia, ao lado de Altino Arantes, João Sampaio e Oscar Rodrigues Alves, seus companheiros de todos os tempos. Em 9 de maio de 1933 ocupou novamente a pasta da Fazenda, reorganizando as finanças de Estado, que dirigiu até 11 de novembro de 1939, ocasião em que assumiu a presidencia do Instituto de Previdencia do Estado, que é sua criação e que exerceu até junho de 1947.

É autor de diversos trabalhos parlamentares. Foi advogado de nomeada e companheiro de banca de Estevão de Almeida, estudioso de economia, finanças, historia, filosofia e direito constitucional. Escreveu o "O idealismo republicano de Campos Sales", livro classico de interpretação da obra politica do seu ilustre antepassado, e deixa entregue para impressão um estudo denominado "A margem da politica".



FOLHA DA MANHÃ,
TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1953

Com

**LEI N.º 1215, DE 7 DE OUTUBRO DE 1954****DÁ O NOME DE "ANTÔNIO CARLOS DE SALLES JÚNIOR", A UMA AVENIDA DE CAMPINAS**

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1.º — Fica denominada "Antônio Carlos de Salles Júnior", a avenida 1 do Jardim Proença, continuação, e que tem início numa praça junto a Avenida Perimetral interna e termina na Avenida Arlindo Joaquim de Lemos.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 7 de outubro de 1954.

A. Mendonça de Barros
Prefeito Municipal

Publicada no Departamento do Expediente da Prefeitura Municipal, em 7 de outubro de 1954.

O Diretor,
Admar Maia

Avenida Antônio Carlos de Salles Júnior

Fls. 02

Instituto de Previdência do Estado, que é sua criação e que exerceu até junho de 1947. É autor de diversos trabalhos parlamentares. Foi advogado de nomeada, estudioso de economia, finanças, historia, filosofia e direito constitucional. Escreveu "O Idealismo Republicano de Campos Sales", livro clássico de interpretação da obra política de seu ilustre antepassado. Ao falecer, encontrava-se prestes a ser impresso "À Margem da Política".